

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Central Hidrelétrica Buritirana S.A.
Ponte Alta do Bom Jesus - TO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Hidrelétrica Buritirana S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Hidrelétrica Buritirana S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém relações e transações com partes relacionadas, representadas substancialmente por empréstimos financeiros, cujos valores são pactuados entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

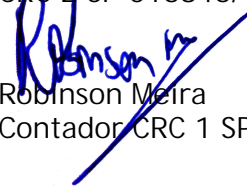


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de julho de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 -S- TO


Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- TO

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021		Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.459	150.761	Empréstimos	7	223.011	212.618
Contas a receber		40	-	Fornecedores		13.802	9.487
		9.499	150.761	Obrigações tributárias e parcelamentos	8	71.451	68.825
				Receita diferida	9	366.151	-
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	10	3.443.134	2.393.093	Empréstimos	7	1.561.084	1.794.488
Outros Ativos		26.672	16.254	Obrigações tributárias e parcelamentos	8	76.399	130.327
Imobilizado	6	7.225.944	7.474.670	Receita diferida	9	4.432.960	4.799.111
		10.695.750	9.884.017			6.070.443	6.723.926
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	12.1	3.158.711	3.158.711
				Reserva de capital	12.2	1.691.289	1.691.289
				Prejuízos acumulados		(889.609)	(1.830.079)
						3.960.391	3.019.921
Total do ativo		10.705.249	10.034.778	Total do passivo e patrimônio líquido		10.705.249	10.034.778

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	13	1.808.812	1.622.597
(-) Custo de geração de energia	14	(524.925)	(478.176)
(=) Lucro bruto		1.283.887	1.144.421
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(114.676)	(95.842)
Despesas tributárias	14	(7.577)	(9.215)
Outras despesas/receitas		-	(158.057)
		(122.253)	(263.114)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	201	603
Despesas financeiras	15	(177.680)	(219.252)
		(177.479)	(218.649)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		984.155	662.658
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(43.685)	(38.396)
Resultado do exercício		940.470	624.262

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	940.470	624.262
Total do resultado abrangente do exercício	<u>940.470</u>	<u>624.262</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.158.711	1.691.289	(2.454.341)	2.395.659
Lucro líquido do exercício	-	-	624.262	624.262
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.158.711	1.691.289	(1.830.079)	3.019.921
Lucro líquido do exercício	-	-	940.470	940.470
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.158.711	1.691.289	(889.609)	3.960.391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	940.470	624.262
Itens que não afetam o caixa operacional:		
Depreciação do exercício	248.726	231.326
Juros sobre empréstimos	147.100	84.457
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a Receber	(42)	-
Outros Ativos	(10.416)	-
Fornecedores	4.315	(33.311)
Obrigações tributárias	(18.363)	(15.222)
Adiantamento de clientes recebido	-	4.799.111
Caixa gerado das operações	<u>1.311.790</u>	<u>5.690.623</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(32.939)	(37.731)
Juros pagos sobre empréstimos	(147.100)	(84.457)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.131.750</u>	<u>5.568.435</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimo de partes relacionadas	(1.050.041)	(5.096.999)
Pagamento de principal sobre empréstimos	(223.011)	(327.339)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(1.273.052)</u>	<u>(5.424.338)</u>
(Redução)/acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(141.302)</u>	<u>144.097</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	150.761	6.664
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.459	150.761
(Redução)/acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(141.302)</u>	<u>144.097</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Central Hidrelétrica Buritirana S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de abril de 2008, e é uma sociedade anônima de capital fechado. Sua Sede está localizada no Lote 3/2, km 23 Rod TO-110, Loteamento Ribeirão Bonito, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração da Central Hidrelétrica Buritirana, cabe mencionar que a usina é capaz de gerar 1.120 kW de potência, e segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a Companhia representa 0,0007% da capacidade de geração de energia do País. A Companhia é considerada um produtor independente.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em janeiro de 2011 e em 1º de janeiro de 2015 se tornou agente da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE.

1.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica (suprimento futuro)

Em 05 de maio de 2021, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a ECEL - Eletron Comercializadora de Energia Ltda., com faturamentos mensais de venda de energia seguindo as seguintes condições descritas a seguir:

Contraparte	Período de suprimento	Energia contratada	
		MW médio	Preço
ECEL - Eletron	01/01/2022 a 31/12/2022	0,80	245,00

E em 30 de setembro de 2021, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços LTDA, na modalidade de pagamento antecipado de venda de energia elétrica e com entrega futura, conforme descrito a seguir:

Contraparte	Período de suprimento	Energia contratada	
		MW médio	Preço
Santander Corretora	01/01/2023 a 31/12/2026	0,456	R\$ 100,17
Santander Corretora	01/01/2027 a 30/06/2031	0,810	R\$ 100,17

A energia contratada é a incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD), e o ponto de entrega é o Centro de Gravidade do Submercado Nordeste.

1.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo acumulado e capital circulante líquido negativo nos montantes de R\$ 889.609 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 1.830.079) e R\$ 664.916 (31 de dezembro de 2021 R\$ 140.169), esta situação advém de empréstimos captados com instituições financeiras para financiar os investimentos realizados na usina hidrelétrica e receita futura a apropriar mediante contratos firmados com comercializadoras em períodos anteriores para venda futura de energia elétrica, assim como de outras empresas do Grupo ZX Energia, com a formação de empréstimos com partes relacionadas registrado no ativo não circulante.

A Administração da Empresa está empenhada em reverter esta situação, e justifica que em exercícios subsequentes a posição financeira e patrimonial da Empresa tende a melhorar nos próximos meses.

A operação tem prazo final de aproximadamente 9 (nove) anos, com início de entrega de energia previsto para janeiro de 2023.

A destinação dos recursos foi a integral quitação das Cédulas de Crédito Bancário da empresa junto aos Banco Itaú Unibanco S.A. O pacote de garantias da operação foi o seguinte: alienação fiduciária das quotas/ações das empresas Central Hidrelétrica Buritirana S.A., Central Hidrelétrica Piabanha Ltda. e Central Hidrelétrica Tapuias Ltda.

Além dos fatos ocorridos no período, a Administração busca captação de novas modalidades de financiamentos com objetivo de alongamento da dívida e taxas de juros mais atrativas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação (declaração de conformidade)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e aplicável as pequenas e médias empresas (CPC PME R1).

As demonstrações contábeis foram autorizadas para uso, pela Administração, em 03 de julho de 2023.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC PME (R1) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. No momento a Empresa não possui registrado contabilmente qualquer estimativa contábil.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.5. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.3, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização dos bens do imobilizado no final de cada período.

Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída no critério descrito na Nota Explicativa nº 3.2.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 60 dias, os valores contábeis representam, substancialmente, os valores justos nas datas dos balanços.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, conforme sua vida útil estimada. E assim, os valores residuais e a vida útil destes ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). No caso da Companhia, ela própria é a única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Empréstimos vinculados ou não a partes relacionadas

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8. Instrumentos financeiros básicos

Reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração inicial

Os ativos e/ou passivos financeiros são mensurados pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são subsequentemente mensurados pelo valor justo por meio do resultado).

Mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros básicos são mensurados a custo amortizado.

Ao final de cada exercício, a Companhia mensura os instrumentos financeiros:

- (a) Os instrumentos de dívida que atendem são mensurados com base no custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- (b) Compromissos de receber empréstimo são avaliados com base no custo menos reduções ao valor recuperável;
- (c) Os investimentos em ações preferenciais não conversíveis e ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis são mensurados conforme a seguir:
 - Ações negociadas publicamente: os investimentos são mensurados a valor justo, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado;

- Todos os outros investimentos deste tipo são avaliados com base no custo menos reduções ao valor recuperável.

Valor recuperável de instrumentos financeiros

No final de cada exercício, a Companhia avalia a existência de evidências objetivas quanto ao valor recuperável dos ativos financeiros avaliados com base no custo ou custo amortizado. Se houver, a Companhia reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado.

Se, no exercício subsequente, a perda no valor recuperável diminui, e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento dessa perda, a Companhia reverte a perda reconhecida anteriormente, seja diretamente ou pelo ajuste de conta de provisão.

Desreconhecimento (baixa) de ativo financeiro

A Companhia desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

- (a) Os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados;
- (b) A Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro;
- (c) A Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência. Nesse caso, a Companhia:
 - (i) Desreconhece o ativo; e/ou
 - (ii) Reconhece separadamente quaisquer direitos e obrigações retidos ou criados na transferência.

Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) apenas quando ele é extinto - ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é cumprida, cancelada ou expirada.

4. Alterações e interpretações do CPC PME (R1)

Não estão previstas alterações no CPC PME R1 com impactos retrospectivos e prospectivos em relação a essas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, até a presente data.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Banco conta movimento	1.662	5.996
Aplicação financeira (*)	7.797	144.765
	<u>9.459</u>	<u>150.761</u>

(*) As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizadas instituições financeiras de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, possuindo rentabilidade diária com base no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que se aproxima de 100%, com liquidez de curto prazo.

6. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa médias anuais de depreciação	Custos	31/12/2022		31/12/2021
			Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2022	Líquido 31/12/2021
Terreno	-	180.000	-	180.000	180.000
Veículos	20	456.010	(456.010)	-	-
Máquinas e Equip.	10	7.150	(1.430)	5.720	6.434
Turbina	2,5	1.827.581	(516.968)	1.310.613	1.356.303
Condutor	3,13	741.968	(264.699)	477.269	517.892
Gerador	3,33	1.220.000	(447.142)	772.858	813.485
Comportas	3,33	600.000	(219.420)	380.580	400.560
Casa de máquinas	1,67	531.440	(106.376)	425.064	433.939
Câmara de carga	1,67	145.600	(29.146)	116.454	118.886
Barragem	1,67	3.817.606	(763.903)	3.053.703	3.117.457
Automação	3,33	781.710	(278.027)	503.683	529.714
		<u>10.309.065</u>	<u>(3.083.121)</u>	<u>7.225.944</u>	<u>7.474.670</u>

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2021	Adição/ baixas	Depreciação do ano	31/12/2022
Terreno	180.000	-	-	180.000
Veículos	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	6.434	-	(714)	5.720
Turbina	1.356.303	-	(45.690)	1.310.613
Condutor	517.892	-	(40.623)	477.269
Gerador	813.485	-	(40.627)	772.858
Comportas	400.560	-	(19.980)	380.580
Casa de máquinas	433.939	-	(8.875)	425.064
Câmara de carga	118.886	-	(2.432)	116.454
Barragem	3.117.457	-	(63.754)	3.053.703
Automação	529.714	-	(26.031)	503.683
	<u>7.474.670</u>	<u>-</u>	<u>(248.726)</u>	<u>7.225.944</u>

c) Análise de redução ao valor recuperável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não serão recuperados por meio de operações futuras.

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos

7.1. Composição

Descrição	Vencido. fevereiro/30	Taxa de juros anual	31/12/2022	31/12/2021
CCB		8,25%	1.784.095	2.007.106
			<u>1.784.095</u>	<u>2.007.106</u>
Circulante			223.011	212.618
Não circulante			1.561.084	1.794.488

A seguir a maturidade da dívida:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	212.618
2023	223.011	218.724
Após 2024	1.561.084	1.575.764
	<u>1.784.095</u>	<u>2.007.106</u>

7.2. Movimentação da dívida

	2022	2021
Saldos iniciais	2.007.106	2.334.445
(+) Juros provisionados	147.100	84.457
(-) Amortização de principal	(223.011)	(327.339)
(-) Amortização de juros	(147.100)	(84.457)
Saldos finais	<u>1.784.095</u>	<u>2.007.106</u>

7.3. Garantias contratuais

A respectiva CCB (cédula de crédito bancário) possui as seguintes garantias:

- Hipoteca Cедular de 2 (dois) imóveis rurais localizados na cidade de Ponte Alta do Bom Jesus - TO, de propriedade da Companhia;
- Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos da Companhia.

8. Obrigações tributárias e parcelamentos

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	10.712	9.479
PIS e COFINS	5.677	4.802
Parcelamento ICMS	130.327	184.257
Outros	1.133	614
	<u>147.850</u>	<u>199.152</u>
Circulante (1)	71.451	68.825
Não circulante (2)	76.399	130.327

(1) Do montante apresentado, R\$ 53.928 (52.928 em 2021), referem-se ao Parcelamento de ICMS;

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(2) O valor refere-se integralmente ao parcelamento de ICMS.

9. Receita diferida

Em setembro de 2021 a Empresa celebrou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica de Fonte Incentivada junto à Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A., ficou acordado que a Empresa fornecerá energia elétrica no período de 1º de janeiro de 2023 a 30 de junho de 2031 e em contrapartida a Santander Corretora realizou em outubro de 2021 um adiantamento no valor total do contrato no montante de R\$ 4.799.111. O preço será fixo e irrealizável durante todo o período de fornecimento. O faturamento da energia será realizado mensalmente no mês subsequente ao de fornecimento, em conformidade com a quantidade de energia mensal contratada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1:

Descrição	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Santander	06/2031	4.799.111	4.799.111
		<u>4.799.111</u>	<u>4.799.111</u>
Circulante		366.151	-
Não circulante		4.432.960	4.799.111

10. Partes relacionadas

A Empresa mantém saldo de mútuo cedido a controladora ZX Participações S.A. e a quotista Konigo Energia Participações Ltda., tendo como característica uma centralização do caixa do Grupo econômico, com base em termos e condições definidas entre as partes, sem atualização e prazo de vencimento. O saldo está demonstrado a seguir:

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
ZX Participações S.A.	2.584.672	1.766.321
Konigo Energia Participações Ltda.	858.462	626.772
	<u>3.443.134</u>	<u>2.393.093</u>

Remuneração da Administração

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico ZX Energia, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos a Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contingências

A Companhia possui o Processo Tributário (ativo) nº 0562941-88.2018.8.05.0001, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, trata-se de Mandado de Segurança Preventivo combinado com pedido de Tutela Provisória de Urgência Antecipada impetrado contra o Ilmo. Superintendente da Superintendência de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e contra o Estado da Bahia, visando ao reconhecimento da inexigibilidade de ICMS sobre os valores pagos pelo uso do sistema de distribuição da concessionária de energia elétrica COELBA (TUSD e Subvenção CDE). O valor de ICMS foi excluído da base à época da incidência da TUSD/ CDE.

A seguir, as informações do processo:

Descrição	Depósitos judiciais	Valor da causa	Honorários advocatórios	Probabilidade de êxito
Processo tributário	16.253	146.988	24.900	Possível

A Empresa não possui processos com estimativa de perda provável de acordo com a avaliação técnica de nossos Assessores Jurídicos.

12. Patrimônio Líquido

12.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Companhia era de R\$ 3.158.711, (2021 - R\$ 3.158.711), representado pelas quantidades de ações a seguir:

Descrição	Ações ordinárias	%	Valor (R\$)
ZX Participações S.A.	1.350.000	80,00%	1.350.000
Konigo Energia Participações Ltda.	337.599	20,00%	1.808.711
	<u>1.687.599</u>	<u>100,00%</u>	<u>3.158.711</u>

Em 02 de abril de 2019, os acionistas Roberto Tair Arbex, Marcelo Tair Arbex e Marcos Pastore David, deixaram a sociedade e suas ações foram cedidas mediante celebração de Contratos de Compra de Venda de Ações à ZX Participações e ao acionista ingressante Konigo Energia Participações Ltda.

Em 08 de abril de 2019, os acionistas aprovaram a conversão de 238.236 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em ato contínuo, os acionistas aprovaram o aumento de capital no valor de R\$ 308.711, passando dos atuais R\$ 2.850.000 para R\$ 3.158.711 mediante a emissão de 99.264 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto. As novas ações foram emitidas ao preço de R\$ 20,14829 por ação, totalizando R\$ 2.000.000, dos quais R\$ 3,11 por ação são destinados ao capital social, totalizando R\$ 308.711 e R\$ 17,03829 por ação são destinados à reserva de ágio, totalizando R\$ 1.691.289. As novas ações foram integralizadas e subscritas na sua totalidade pela acionista Konigo Energia Participações Ltda.

12.2. Reserva de capital

Refere-se a ágio na emissão de ações realizada em 2019, conforme explicado na Nota Explicativa acima nº 12.1.

Outras informações

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente totalizando 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou prejuízo acumulado, sendo assim, não constituindo reserva legal.

Por definição dos acionistas, os lucros auferidos em 2022 serão utilizados para fins de amortização de prejuízo acumulado, sem a devida destinação de reserva legal e de dividendos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 15% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

Conforme Acordo de Acionistas firmado em 05 de março de 2012, as ações preferenciais representativas do capital social da Companhia farão jus a um dividendo fixo, equivalente a R\$ 0,77 por ação preferencial por ano.

13. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Venda de energia elétrica - comercializadora	1.876.679	1.683.878
Venda de energia elétrica - CCEE	508	177
Impostos sobre vendas	(68.375)	(61.459)
	<u>1.808.812</u>	<u>1.622.597</u>

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesas por função e natureza

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Classificação por função		
Custos de geração de energia	(524.925)	(478.176)
Despesas gerais e administrativas	(114.676)	(95.842)
Despesas tributárias	(7.577)	(9.215)
	<u>(647.178)</u>	<u>(583.232)</u>
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Classificação por natureza		
Depreciação do exercício	(248.726)	(231.326)
Energia elétrica (c)	(109.254)	(109.757)
Seguros	(14.583)	(19.511)
Assessoria jurídica	(1.015)	(750)
Manutenção (a)	(18.103)	(4.691)
Impostos estaduais	(5.316)	(4.137)
Serviços tomados (b)	(90.489)	(165.708)
Outros	(159.692)	(47.352)
	<u>(647.178)</u>	<u>(583.232)</u>

- (a) Manutenção preventiva realizada nos ativos da Companhia ao longo do período de 2022;
(b) Serviços tomados no período de 2022, tendo como principais os seguintes: auditoria, sistema de energia, engenharia e internet;
(c) A Companhia em 2022, reduziu a compra de energia no mercado em relação ao período anterior, para suprimento entrega de energia comercializada em contrato de venda futura.

15. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	201	603
	<u>201</u>	<u>603</u>
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Juros passivos	(71)	(84.457)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(147.100)	(131.688)
Despesas bancárias	(28.678)	(3.107)
IOF	(1.831)	-
	<u>(177.680)</u>	<u>(219.252)</u>
	<u>(177.479)</u>	<u>(218.649)</u>

CENTRAL HIDRELÉTRICA BURITIRANA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

Lucro presumido	31/12/2022	31/12/2021
Faturamento	1.877.187	1.684.055
Alíquota base	8%	8%
Base de cálculo do IRPJ	150.175	134.724
Alíquota nominal	15%	15%
Imposto de Renda	22.526	20.209
Faturamento	1.877.187	1.684.055
Alíquota base	12%	12%
Base de cálculo da CSLL	225.262	202.087
Alíquota nominal - 9%	9%	9%
CSLL	20.274	18.188
Ajustes	885	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>43.685</u>	<u>38.396</u>
Alíquota efetiva - IRPJ	1,20%	1,20%
Alíquota efetiva - CSLL	1,08%	1,08%

17. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Administração da Companhia é responsável pela avaliação da suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada:

Risco	Tipo de cobertura	Importância segurada	Vigência
Danos materiais	Compreensivo	9.090.284	06/2023 a 06/2024
Lucros cessantes	empresarial	1.784.578	06/2023 a 06/2024
		<u>10.874.862</u>	

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada a seguir:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Ativo financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.459	9.459	150.761	150.761
Contas a Receber	40	40	-	-
Partes relacionadas	3.443.134	3.443.134	2.393.093	2.393.093
	<u>3.452.633</u>	<u>3.452.633</u>	<u>2.543.854</u>	<u>2.543.854</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.784.095	1.784.095	2.007.106	2.007.106
Fornecedores	13.802	13.802	9.487	9.487
	<u>1.797.897</u>	<u>1.797.897</u>	<u>2.016.593</u>	<u>2.016.593</u>

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 para os instrumentos financeiros do Grupo de "Custo amortizado", que abrange somente caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme Pronunciamento Técnico para CPC PME R1, para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

18.2. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes as operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos:

- a) Risco de crédito: a Empresa restringe sua exposição a riscos de créditos associados aos bancos e as aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;

- b) Riscos de liquidez: risco de a Empresa não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;
- c) Risco de taxa de juros (risco de mercado): decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa possuía instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas;
- d) Risco hídrico: decorrente da falta de chuvas e a escassez de água de poderão afetar o fornecimento de energia, gerando apagões, racionamento entre outras medidas. Como medida de minimização desse risco, a Empresa possui uma nascente dentro de suas instalações, e com isso, a hidrologia se mantém instável durante todo o ano.

19. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos e concluiu que não resulta em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, em consonância com o CPC PME R1, seção de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, seção de Tributos sobre o lucro, e análises de impactos com base na Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o da seção de eventos subsequentes.